

Débora Regina Porto, Perla Cosme, José Alejandro García-Prado, Rodrigo Randow de Freitas
Da lama ao cais: as desfiadeiras de siri da Ilha das Caieiras, Vitória, ES
Caderno Virtual de Turismo, vol. 7, núm. 3, 2007, pp. 1-8,
Universidade Federal do Rio de Janeiro
Brasil

Disponível em: <http://www.redalyc.org/articulo.oa?id=115416285001>



Caderno Virtual de Turismo,
ISSN (Versão eletrônica): 1677-6976
caderno@ivt-rj.net
Universidade Federal do Rio de Janeiro
Brasil

Da lama ao cais: as desfiadeiras de siri da Ilha das Caieiras, Vitória, ES

Débora Regina Porto*, Perla Cosme**, José Alejandro García-Prado (alebiomas@gmail.com)*** e Rodrigo Randow de Freitas (rodrigorandow@ig.com.br)****

Resumo

O presente estudo se propôs a aprofundar os conhecimentos relacionados com a importância do recurso natural para a sustentabilidade do turismo na região da Ilha das Caieiras, Vitória, ES. Pretendendo mostrar a importância da infra-estrutura para o desenvolvimento local, bem como a importância da preservação ambiental para a continuidade da Cooperativa local. Investigou-se a relação da Cooperativa da Desfiadeiras de Siri no processo de desenvolvimento urbano e ecológico, analisando o ambiente natural e a realidade social que este grupo vive e sugerindo novas maneiras de minimizar a degradação da região de mangue, sobre a qual o turismo se estrutura para que a imagem da cooperativa se relacione com a proteção ambiental e a culinária local. Como resultado da pesquisa empregada, pode-se constatar que o mangue e o turismo são essenciais para a comunidade, pois é do turismo e do mangue que é tirado o sustento de grande parcela da comunidade, criando assim um comprometimento local com a questão ecológica do ecossistema que os cerca.

Palavras-chave: Turismo; Manguezal; Preservação Ambiental e Cooperativas;

Abstract

This study has as a focus to immerse it self in learning the importance in the relationship of the natural resources for the sustainability of the tourism in the region of Ilha das Caieiras, Vitória, ES. Having as an objective to show the importance of the infrastructure for local development, as how the importance of environmental preservation for the continuity of the local cooperative. Investigating the relationship of the cooperative of crab butchers in the process of urban development, analyzing the natural environment and the social reality of this group, there have been many suggestions as to new ways to minimize the degradation of the local mangrove, in which tourism structures it self, so that the image of the cooperative connects it self with environmental protection and the local cuisine. As a result of this research, we can notice that the mangrove and tourism are essential for the community, because is from tourism of the mangrove that is extracted the livelihood of most of the community, this way creating a local commitment with the environment and the ecosystem the surrounds them.

Turismo e meio ambiente: conceitos de sustentabilidade

A finalidade do planejamento turístico consiste em ordenar as ações do homem sobre o território e ocupa-se em direcionar a construção de equipamentos e facilidades de forma adequada, evitando dessa forma os efeitos negativos sobre os recursos, seja por destruição ou redução de sua atividade.

Segundo Ruschmann, (1999), o desenvolvimento de um turismo sustentável define-se como "o desenvolvimento que busca atender às necessidades do turista, sem comprometer a possibilidade do usufruto dos recursos pelas gerações futuras"; e como meio ambiente "entende-se a biosfera, isto é, as rochas, as águas e o ar que envolve a Terra, juntamente com os seus ecossistemas, constituídos de comunidades - integradas por indivíduos e todos os tipos de vida animal e vegetal".

Para que o turismo e o meio ambiente encontrem um ponto de equilíbrio econômico-ambiental, é imperativo que o uso dos recursos naturais não se torne causador de mais degradação. Por exemplo, Oliveira et al. (2005), discorrem que o desenvolvimento de atividades turísticas em manguezais pode agregar benefícios para as comunidades do entorno e economia local, proporcionando incremento na renda aliado a proteção ambiental. Corroborando com tal afirmação, Carvalho (1997), descreveu que o lazer e turismo, associados ao "consumo" da paisagem, identificaria, valorizaria e fortaleceria a atividade econômica tornando-a distinta das demais.

Assim, o equilíbrio almejado entre a atividade humana e seu desenvolvimento junto a uma proteção ambiental exige a repartição de responsabilidades equitativas e claramente delineadas referente ao consumo e ao comportamento face aos recursos naturais. O termo "sustentabilidade"

desenvolvimento econômico e social contínuo, sem prejuízo do ambiente e de seus recursos.

O lado social e ecológico da questão ambiental

De acordo com Veloso (2003), a preocupação com o social advém do desenvolvimento civilizatório baseado no ser, que busca igualdade nos direitos, nas condições de vida e em aspectos socioculturais. Também segundo o mesmo autor, "a sustentabilidade econômica é a preservação e controle quanto ao desenvolvimento econômico de maneira eficiente que proporcionando condições legais e regulares para que os recursos sejam geridos de maneira honesta e consciente no sentido de que possam manter gerações futuras".

Já a preocupação ecológica diz respeito ao aumento da capacidade do ser humano em prover aos recursos naturais tempo para se reciclar, reduzindo poluição e impondo limites de consumo. Tornar reais as pesquisas de novas tecnologias como ferramentas para preservação, propiciando análises de estudos de impactos ambientais, utilização de tecnologias "limpas" e finalmente, definição de regras e instrumentos legais para a proteção ambiental.

Infelizmente, na maioria das vezes, a preocupação ambiental acaba sendo focada, priorizada de forma desconexa da dimensão social. Sendo que, a sustentabilidade social é primordial, ou pré-requisito para um dito desenvolvimento ambiental sustentável. Bezerra (2005) confirma tal argumento e acrescenta que é maior a probabilidade de acontecer um colapso social antes mesmo de uma catástrofe ambiental.

*Bacharel em Turismo. Faculdade de Administração da Serra. Centro Capixaba de Ensino Superior - Novo Milênio - Campus Serra. Brasil.

**Bacharel em Turismo. Faculdade de Administração da Serra. Centro Capixaba de Ensino Superior - Novo Milênio - Campus Serra. Brasil.

***Mestrado em Ciências Biológicas (Zoologia). Universidade Federal do Espírito Santo, UFES, Brasil. Especialização em Ecologia e Recursos Naturais. Universidade Federal do Espírito Santo, UFES, Brasil. Graduação em Ciências Biológicas. Universidade Federal do Espírito Santo, UFES, Brasil. E-mail: alebiomas@gmail.com

****Doutorando em Aqüicultura. Laboratório de Maricultura. Fundação Universidade de Rio Grande. FURG, Brasil. Mestrado em Aqüicultura. Universidade Federal de Santa Catarina, UFSC, Brasil. Especialização em Educação e Gestão Ambiental. Faculdade Saberes, Espírito Santo, Brasil. Graduação em Administração de Empresas: ênfase análise de sistemas. Faculdade de Ciências

O poder público, legislação, turismo e meio ambiente

O poder público (Estado) tem como diretriz planejar e desenvolver os espaços e as atividades que atendam os anseios das populações locais e dos turistas, que para implantá-los vêm-se diante de dois objetivos discrepantes: propiciar oportunidade e acesso às experiências recreacionais ao maior número de pessoas possíveis; e proteger, evitar a descaracterização dos locais privilegiados pela natureza e do patrimônio cultural das comunidades (Swarbrooke, 2000).

Partindo do pressuposto acima referido, bom exemplo parte da prefeitura municipal de Vitória, com o "Projeto Terra". Projeto multissetorial, composto de um conjunto articulado de obras, ações e serviços de natureza pública, visando à urbanização, regularização fundiária, desenvolvimento comunitário e preservação ambiental para melhoria das condições de vida da população residente nos morros e manguezais da cidade.

No tocante a legislação (proveniente do poder público, mas de anseio popular) pertinente à preservação ambiental e desenvolvimento econômico, deve-se considerar que, atualmente a legislação é ampla e de "primeiro mundo", mas não é aplicável em muitos casos. Fato que também é corroborado por Oliveira e Freitas, 2005 em seu artigo.

Como exemplo, citemos a Lei 9.795/99 que dispõe sobre a Política Nacional de Educação Ambiental. A citada Lei torna obrigatório o ensino multidisciplinar e interdisciplinar de educação ambiental formal no ensino de primeiro grau, no nível médio e superior, indicando as entidades públicas como responsáveis pela sua aplicação e fiscalização na execução (Schenini & Nascimento, 2002). Como sabemos, foi mais uma lei que não emplacou por falta de efetividade de ação do poder público e

Conforme também relata Veloso, 2003, "o potencial passa pelo meio ambiente, onde se deve estabelecer e fazer cumprir uma legislação forte, fundamental para o desenvolvimento e a manutenção das atividades. [...] A qualidade de vida da comunidade é o primeiro passo para se vender o turismo e a preservação de toda esta estrutura humana deve ser bem respeitada e dignificada, senão o turismo terá uma outra vida".

Assim, é necessário criar/melhorar leis fundamentais e específicas para cada setor, para proteger os interesses da população receptora nos seus valores sócio-econômicos e culturais. Essas leis se constituirão não só num instrumento para o crescimento racional e seletivo da atividade turística, mas também um meio para que o Estado possa intervir diretamente no seu processo de desenvolvimento e suas ações se concentrarão em aspectos devidamente importantes. Para isso é necessária imediata integração entre comunidade local, poder público e iniciativa privada para a elaboração de projetos que tenham como objetivos proteger os recursos natrais, bem como desenvolver um turismo que vise um crescimento sustentável e duradouro (Pazolin *et al.*, 2007).

O município de Vitória e seu manguezal

A região do município de Vitória apresenta um dos maiores manguezais urbanos do país, com área superior a 800 hectares, formado pelas águas da baía Vitória e pelos estuários dos Rios Aribiri, Bubu, Marinho e Santa Maria que nele deságuam. Na região está em desenvolvimento o "Projeto Rota Manguezal," da Prefeitura municipal, enquadrado na Política Nacional de Ecoturismo. O projeto tem como pressuposto uma interação cultural e

passando pelas ilhas e canais do manguezal, promovendo simultaneamente uma interação ecológica, econômica e cultural. Dentro desse contexto, o turismo nesta região vem aos poucos sendo desenvolvido junto ao aproveitamento de recursos do mangue para o surgimento de restaurantes.

O presente estudo foi proposto para investigar a relação da Cooperativa da Desfiadeiras de Siri no processo de desenvolvimento urbano e ecológico do Bairro Ilha das Caieiras (Vitória-ES) sob um olhar turístico. Analisando o ambiente natural e a realidade social que este grupo vive e sugerir novas maneiras de minimizar a degradação da região de mangue, sobre a qual o turismo se estrutura para que a imagem do destino se relacione com a proteção ambiental e a culinária local.

Foi neste contexto que surgiu o questionamento que motivou a realização desta pesquisa, direcionando a busca por resposta sobre: qual a importância do turismo e do mangue para a qualidade de vida das mulheres da Cooperativa das Desfiadeiras de Siri da Ilha das Caieiras? Para alcançar a resposta à pergunta, a pesquisa foi estruturada em torno de um objetivo geral, cujo foco de atenção buscou aprofundar os conhecimentos relacionados com as dimensões da importância do recurso natural para a sustentabilidade do turismo.

Como instrumento de análise, foi realizada uma pesquisa quantitativa bibliográfica, através da qual se estruturou as futuras ações. Inicialmente caracterizou-se o contexto histórico da Ilha das Caieiras, descrevendo de forma contextualizada o início das invasões na região, a partir dos anos 70, momento em que a região passa por grandes dificuldades e conflitos, cuja ênfase situa-se no aterramento do mangue, chegada de migrantes, lixo, construção da Usina de Lixo, a urbanização local e a Agenda

21, que menciona o Desenvolvimento Urbano e Preservação do Manguezal.

Em seguida voltou-se atenção para a identidade capixaba e para o histórico da Cooperativa das Desfiadeiras de Siri da Ilha de Caieiras, enfocando a importância do surgimento dessa Cooperativa para as mulheres da região, deste modo deu-se ênfase também ao conceito de sustentabilidade, planejamento, e do Plano Diretor Urbano.

A Ilha das Caieiras

São Pedro é uma região que foi conquistada através de muita luta e com muitas dificuldades. Até a década de 1970, a região do contorno da Ilha de Vitória permanecerá como recanto rural. A Ilha das Caieiras era habitada como se fosse uma vila do interior, com sua capela, seu time de futebol e contato esquivo com o ritmo urbano do Centro de Vitória.

Os primeiros moradores que habitaram a Ilha das Caieiras foram colonos de fazendas de café e mercadores da região serrana, que desciam pelo Rio Santa Maria, todos com o sonho de mudar de vida, pensando em dedicar-se à exploração do abundante pescado existente.

Novos terrenos são feitos em manguezais nos anos 70 dando início a construção do Campus Universitário da UFES e do Bairro de Goiabeiras, onde se instala o depósito de lixo da cidade. Aterra-se também, o canal que separava a Ilha do Príncipe da Ilha de Vitória e da área de rodoviária. Com a construção desses aterros, para suprir a necessidade de desenvolvimento da cidade, houve uma contribuição para impactar o Rio Santa Maria, berço do maior manguezal do Espírito Santo.

O início das invasões

O crescimento da Região Grande São Pedro deu-se de forma rápida na década de 70. O crescimento da invasão deveu-se à transferência das famílias que vinham do antigo bairro Miramar, que deixou de ser depósito municipal de lixo para dar lugar à Rodoviária. Muita gente chegou do interior e passou a abrigar-se em casas de parentes. Numa mesma moradia alojavam-se de 10 a 15 pessoas, facilitando o crescimento da invasão do Bairro.

Um outro aspecto que merece destaque, que fortaleceu as invasões no final da década de 70, foram os grandes projetos industriais e portuários da capital. No final das obras os trabalhadores, não qualificados, não retornavam para suas cidades de origem. Como não conseguiam serem absorvidos para novos empregos, procuravam áreas de morros e de mangues a fim de levantarem habitações precárias sem qualquer infraestrutura que lhes facilitassem a vida.

Segundo relato de Andreatta, 1987, "[...] descobrimos que estávamos em algo maior que nós, e que as pessoas que iam entrando eram todos migrantes e necessitadas, que moravam de aluguel, ou expulsas do campo [...]. Descobrimos que precisávamos de rua e marcávamos ruas [...]".

Segundo Dias, 2001, cerca de 230 toneladas de lixo passam a cair diariamente em São Pedro III. O local torna-se um grande lixão a céu aberto. Homens, mulheres e crianças disputam o sustento com urubus, cachorros e porcos. A sobrevivência vem do lixo. A realidade do bairro passa então por uma importante modificação. Antes, chegava-se ali em busca de abrigo, de local para morar. Agora, pessoas chegam de todos os lados em busca de lixo. Querem comida. Toda área transforma-se num imenso lixão. Antes eram os invasores, agora surgem os catadores. A expansão do novo negócio logo

o trabalho do catador e lucram com a venda do material reciclável, como papelão, papel, plástico, vidro e metal.

A transformação

Em 1990, foi inaugurado, em São Pedro, a Usina de Lixo de Vitória. A construção da Usina não é bem recebida pelos catadores e pelos grupos que disputam o controle do lixão. A Usina é inaugurada com capacidade para processar diariamente 300 toneladas de detritos. Com a implantação da Usina, houve um ganho ambiental e social, pois o lixo ganhou um destino adequado, não sendo mais depositado no mangue.

A partir dos anos 90, identificam-se os investimentos em urbanização, desenvolvimento socioeconômico, recuperação e preservação ambiental. Hoje, o manguezal encontra-se protegido pela legislação municipal. A unidade de conservação do manguezal existe em São Pedro e é de aproximadamente 60 hectares.

O projeto, iniciado em 1989, conta com recursos da prefeitura e da Caixa Econômica Federal (CEF) e, entre seus objetivos, já foram atingidos, no todo ou em parte, os que dizem respeito à delimitação, preservação e recuperação do manguezal; à melhoria da qualidade de vida dos 47 mil moradores da região; à paralisação definitiva da deposição do lixo a céu aberto; à paralisação das ocupações nas áreas de preservação e da degradação do manguezal; e à urbanização dos novos assentamentos. Já estão implantados: a usina de lixo; uma unidade de tratamento de esgotos (duas outras estão em fase de implantação); e os equipamentos comunitários - escolas, creches, postos de saúde e áreas de lazer.

Histórico da cooperativa das desfiadeiras

A iniciativa da criação de um restaurante surgiu a partir de uma necessidade de organizar a comunidade das Desfiadeiras de Siri no Bairro Ilha das Caieiras (Fig.1). Sendo que a tradição é passada de mãe para filha. Desfiar o siri tinha um sentido maior de legado cultural, considerando fins comerciais em segundo plano. As mulheres da comunidade desfiavam o siri e comercializavam seus produtos por valores abaixo do mercado, sem a preocupação sobre o lucro que estavam obtendo sobre o desfió.



Fig.1. Cooperativa das Desfiadeiras de Siri no Bairro Ilha das Caieiras, Vitória, ES.

Dessa maneira, havia a necessidade da comunidade pesqueira da Ilha das Caieiras em agregar valores profissionais à tradição cultural das atividades de pesca e desfió da região. Ao mesmo tempo, era necessário considerar a conservação do mangue como fonte de recursos e sobrevivência.

Para se organizar e montar um restaurante, as desfiadeiras obtinham siri através de parentes ligados à pesca, desfiavam os siris e os usavam como base alimentícia para os pratos serem comercializados. Porém, havia um empecilho que deveria ser respeitado: a parada do defeso, ou seja, respeitando a época da desova dos crustáceos. Assim, as desfiadeiras tinham um desafio a alcançar: conseguir uma quantidade suficiente de siris para suprir a

negociar com vários fornecedores, mas o valor de venda certamente aumentaria.

Como solução, o grupo de desfiadeiras arranhou uma maneira de manter a produção dos pratos durante a parada: estocando o siri desfiado desde o período anterior à escassez do crustáceo. A meta da Cooperativa era manter uma quantidade ideal manter o ritmo de produção do restaurante. Nesse ínterim, a Subsecretaria de Incentivo ao Trabalho e Geração de Renda (Subger) em 1999, organizou a cooperativa dando cursos sobre teoria da organização, higiene na manipulação de alimentos, contabilidade e formação de preço para quarenta e nove mulheres que trabalhavam em condições precárias nas calçadas e quintais de suas casas. A partir desse projeto social, o trabalho das desfiadeiras foi sendo divulgado (Fig.2).



Fig.2. Cooperativa das Desfiadeiras de Siri no Bairro Ilha das Caieiras, Vitória, ES.

Começaram com apenas dez mesas, e de acordo com o aumento da demanda, foram adquiridas novas mesas até chegar ao número de sessenta jogos de mesas. Como o público começou a freqüentar o restaurante da Cooperativa das Desfiadeiras (conhecido também como Restaurante Siri na Lata), houve a necessidade de variar o cardápio a ser oferecido aos clientes. Com esta situação, a cooperativa passou a comprar o pescado necessário com

robalo e badejo); já os siris, sururus e camarão lameirão eram obtidos através de pescadores do mangue da Ilha das Caieiras e Grande São Pedro. Baseados em uma pesquisa, começaram a elaborar um cardápio que atendia à demanda, e assim foram conquistando um mercado cada vez mais amplo.

Atualmente, o restaurante exerce suas atividades num espaço concedido pela prefeitura, concorrendo com cerca de doze restaurantes na Rua Felicidade, à margem do manguezal, próximo ao atracadouro da Ilha das Caieiras, pelo prazo de dez anos (que posteriormente pode ser prorrogado por mais dez anos e assim sucessivamente).

Nesse propósito recorremos novamente a Veloso, 2003, ressaltando que "dentro da sustentabilidade não é possível deixar de fora a capacitação, a conscientização e a profissionalismo dos serviços turísticos. [...] O conhecimento do serviço a ser ofertado, dos espaços existentes, dos problemas a serem superados, das soluções a serem oferecidas, tudo isso é fruto capacitação, seja da mais simples a mais complexa ação a ser desenvolvida.

[...] O que deve sempre estar em mente é que a capacitação deve estar estritamente ligada a dois argumentos ou fatores necessários quais sejam: a conscientização e o treinamento [...]."

Considerações finais

A pesquisa desenvolvida permitiu obter diversos dados que aprofundaram os conhecimentos sobre a Região da Ilha das Caieiras, cujas informações são de suma importância para o desenvolvimento local. Foi detectado, que o crescimento da atividade turística da região e o turismo interno (muito devido aos inúmeros restaurantes e bares abertos na região) provocou uma nova direção/perspectiva quanto ao destino sócio-ambiental dessa localidade. Na verdade a comunidade está

em situ vivenciando de que preservar o recurso por ela utilizado trás sim retorno sócio-econômico.

Nesse trabalho cabe ressaltar também a união das desfiadeiras para dar continuidade ao trabalho, iniciado em 1999, como Cooperativa das Desfiadeiras de Siri da Ilha das Caieiras. Podendo-se constatar que o mangue e o turismo são essenciais para essas mulheres, pois é do turismo e do mangue que elas tiram o sustento, além de gerar divisas para o município. As mulheres que fazem parte desse grupo têm um comprometimento com a questão ecológica, pois dependem da proteção ambiental para dar continuidade ao seu trabalho.

No entanto é imprescindível antes de se pensar em desenvolver o turismo local, prover a localidade uma infra-estrutura básica satisfatória e buscar a conscientização sócio-ambiental da coletividade. Ouvir a comunidade é uma maneira simples de buscar o comprometimento e a colaboração de todos.

Projetos que incentivem o desenvolvimento comunitário e a preservação ambiental para a melhoria das condições de vida da população são importantes e merecem ser citados e incentivados. Como é o caso do "Projeto Terra" da prefeitura de Vitória-ES. Projeto esse como tantos outros desenvolvidos em várias cidades brasileiras nos últimos anos, visando uma melhor inserção dessas cidades em tempos de economia globalizada. Ou seja, vislumbra-se tornar esses centros urbanos mais competitivos, diferentemente do acentuado nível de pobreza e ambiente degradante verificado em grande parte do país.

Referências bibliográficas

ANDREATTA, Graça. Na Lama Prometida A Redenção. São Paulo: O Recado, 1987.

- BEZERRA, Sandra Regina Zúniga de Souza. Educação ambiental pela atividade turística: uma possibilidade. Revista Cesumar - Ciências Humanas e Sociais Aplicadas. v.12, n.1, p.165-181.jan./jun. 2007.
- DIAS, Tavares. São Pedro: Vitória: Secretaria Municipal de Cultura, 2001.
- CARVALHO, Y.M.C. Desafios da agricultura para o desenvolvimento sustentável. Informações Econômicas, v.27, n.5, p.25-36.1997.
- OLIVEIRA, Leonardo Azevedo Klumb, FREITAS, Rodrigo Randow de, BARROSO, Gilberto Fonseca. Manguezais: Turismo e Sustentabilidade. Caderno Virtual de Turismo (UFRJ). , v.5, p.51 - 56, 2005.
- PAZOLIN, Evandra Vecker, TATAGIBA, Sabrina dos Santos, GARCÍA_PRADO, José Alejandro, FREITAS, Rodrigo Randow de. Ecoturismo e preservação do manguezal: O rio Piraque-Açu. Caderno Virtual de Turismo (UFRJ), v.7, p.57-63, 2007.
- RUSCHMANN, Doris. Turismo e Planejamento Sustentável. A proteção do meio ambiente. 4. ed. Campinas, SP: Papirus, 1999.
- SCHENINI, Pedro Carlos; NASCIMENTO, Daniel Trento do. Gestão pública sustentável. Revista de Ciências da Administração - v.4, n.08, jul/dez 2002.
- SWARBROOKE, John. Turismo Sustentável: conceitos e impacto ambiental. São Paulo: Aleph, 140 p. 2000.
- TATAGIBA, José. A Ilha da Nostalgia: Crônicas/ Reportagens de Vitória. Vitória: Aquarius, 1999.
- VELOSO, Marcelo Parreira. Turismo Simples e Eficiente: São Paulo, Roca, 2003.

Cronologia do processo editorial:

Recebimento do artigo:	01-fev-2007
Envio ao parecerista:	05-nov-2007
Recebimento do parecer:	04-dez-2007
Envio para revisão do autor:	05-dez-2007
Recebimento do artigo revisado:	10-dez-2007
Re-envio ao parecerista:	12-dez-2007
Recebimento do parecer:	14-dez-2007
Aceite:	17-dez-2007

Diagnóstico Turístico da Ilha das Caieiras

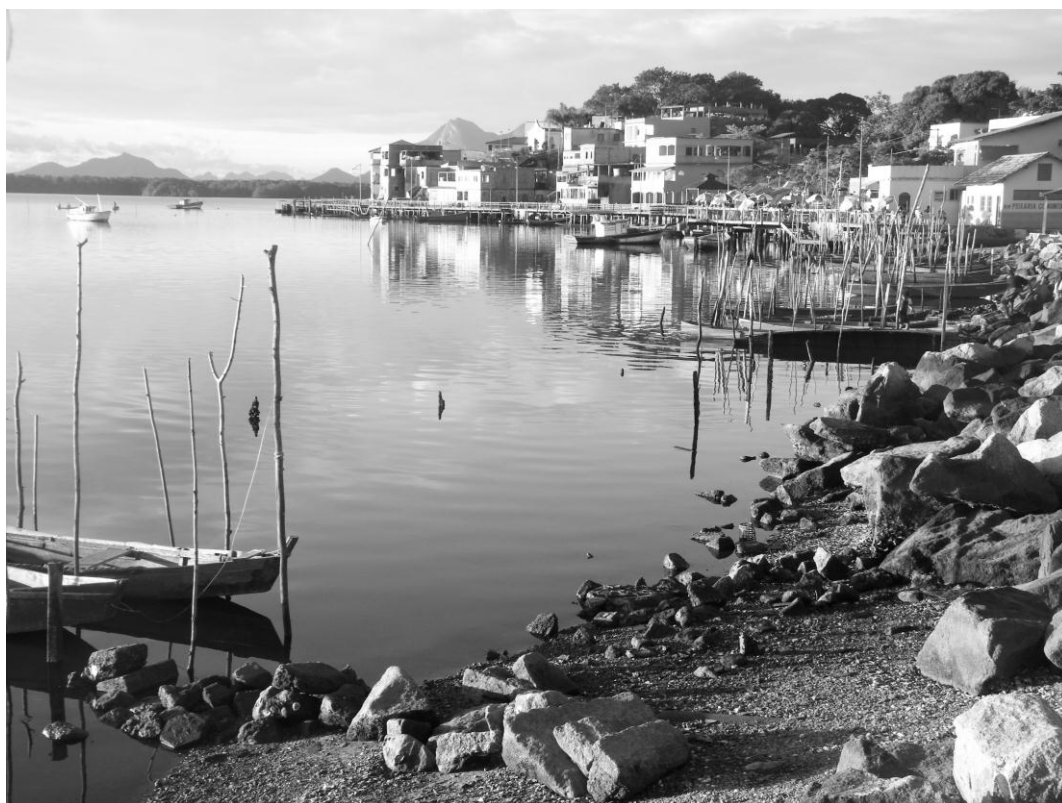


Foto: Liz Motta

Felipe Ramaldes Corrêa
Luciano Dantas Leite

Vitória, 01 de Março de 2011

Projeto desenvolvido com recursos do convênio nº 701516/2008 entre Ministério do Turismo e o Instituto Capixaba de Ecoturismo

APOIO:

Ministério do
Turismo



REALIZAÇÃO:



Jayme Henrique Pacheco Henriques
Presidente

Fábio Marques Cunha
Vice-Presidente

Thaiana Balbino Santos
1º Secretário

Miriam Rosas Manguiera
2ª Secretária

Bruno Pacheco Milanez
1º Tesoureiro

Joelma Consuelo Fonseca
2ª Tesoureira

EQUIPE TÉCNICA



Felipe Ramaldes Corrêa
Gerente do Projeto

Danielle Passos Gomes
Coordenadora Técnica

Morena Joffily
Educadora Ambiental

Raphael Calmon
Gerente Administrativo

Adão Santos Guimarães
Mobilizador

Nayara Clementino da Silva
Mobilizadora

Luciano Dantas Leite
Estagiário

Documento elaborado com a participação dos alunos do curso de Condutores Locais de Ecoturismo da Ilha das Caieiras, do projeto Ecobase: Albert Prince F. Brandão, Camila Mota Brito, Elias de Oliveira L. Junior, Josiane Penha Miranda, Erika Moura Rangel, Joyce Keller Mairink, João Marcos Follador, Kelly Cristian M. Vieira, Kleyriane da Silva Pereira, Luana Gomes Leal, Maico Barbosa da Silva, Mariana Cristina Muniz, Rayani Santos do E. Santo Simone Vieira da Silva, Tuany dos S. de Oliveira, Yamara Barreto Dubois, Jonatas Misael S. Francisco.

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO.....	02
1. DINÂMICA SÓCIOECONÔMICA	04
2. DINÂMICA SÓCIOAMBIENTAL.....	12
3. INFRAESTRUTURA	16
4. PRODUTOS E ATRATIVOS TURÍSTICOS	23
4.1 ATRATIVOS NATURAIS.....	25
4.2 ATRATIVOS CULTURAIS	28
4.2.1 Atrativos culturais imateriais	35
4.2.2 Atrativos culturais / saberes e fazeres.....	35
4.2.3 Atrativos culturais / feiras e mercados	36
CONCLUSÃO	37
ANEXO 1 – MAPA COM OS LIMITES DA EEMIL	42

INTRODUÇÃO

A cidade de Vitória possui um grande potencial turístico no que diz respeito às suas paisagens naturais que são muito apreciadas por quem as visita pela primeira vez. Entre os atrativos turísticos existentes na capital, é possível citar praias, parques, museus, praças, festas populares, comidas típicas, artesanatos, entre outros.

Apesar de possuir elementos necessários para ser um grande polo turístico, a cidade ainda não se estruturou totalmente para tal. Mesmo com o crescimento da rede hoteleira – ainda em expansão - predomina os investimentos no turismo de negócios em detrimento de outras modalidades turísticas.

Entre as modalidades de turismo que podem ser potencializadas de acordo com as características da cidade, pode-se destacar o Ecoturismo, pois há existência de parques, praias, áreas preservadas de mata atlântica e ecossistema manguezal, lugares com grande diversidade biológica e belezas naturais propícias à realização de diversas atividades voltadas para o público apreciador de tal modalidade turística.

O Instituto Capixaba de Ecoturismo (ICE) iniciou o processo de difusão do ecoturismo em Vitória através do Projeto Ecobase Ilha das Caieiras, que visa capacitar jovens moradores daquela região para atuar como condutores de visitantes, desenvolvendo a atividade de ecoturismo por meio de visitas monitoradas de educação ambiental embarcadas no ecossistema de manguezal.

O manguezal faz limite com o entorno da região da Grande São Pedro, localizado na parte noroeste da Baía de Vitória e protegido em lei através da Estação Ecológica Municipal Ilha do Lameirão (EEMIL), Unidade de Conservação (UC) instituída pelo Sistema Nacional de Unidades de Conservação (SNUC).

Atualmente o bairro Ilha das Caieiras conta com 14 restaurantes, servindo os tradicionais pratos feitos à base dos mariscos encontrados na região, sendo considerado um polo gastronômico, que atrai mensalmente cerca de quinhentos visitantes que saboreiam os pratos típicos, principalmente a moqueca.

Sua paisagem e cultura peculiar são fazer do bairro uma referência turística do município, dinamizando - mesmo que de forma ainda desorganizada – o turismo de base comunitária (TBC) na região.

O diagnóstico turístico da Ilha das Caieiras tem como objetivo levantar informações sobre os aspectos que dinamizam diretamente a atividade turística da região. Portanto serão analisados os aspectos socioeconômicos, socioambiental, a infraestrutura turística e de apoio ao turismo, e os produtos e atrativos turísticos da região citada, dando bases para a elaboração de um prognóstico capaz de contribuir para o desenvolvimento socioeconômico da região através do aproveitamento do potencial turístico.

1. DINÂMICA SÓCIOECONÔMICA

A análise das características socioeconômicas de uma região são elementos imprescindíveis para que se tenha conhecimento das carências e/ou riquezas da localidade estudada. Pretende-se com o resultado dessa análise descobrir os principais problemas enfrentados pelos moradores do bairro Ilha das Caieiras e quais são suas necessidades imediatas e, com base nos resultados obtidos, traçar um prognóstico capaz de orientar os investimentos para o desenvolvimento do turismo no bairro.

O bairro Ilha das Caieiras está localizado geograficamente ao norte e a oeste com a Baía Noroeste de Vitória, ao sul e a leste com os bairros de Santo André e São Pedro, e faz parte da poligonal 12 da cidade de Vitória.



Figura 1 - Mapa do bairro Ilha das Caieiras

Com uma população relativamente pequena, de aproximadamente 1.300 habitantes¹ o bairro Ilha das Caieiras se depara com fortes antagonismos no que se refere às perspectivas de oferta turística e a exclusão social, que já atinge a população desde a época das ocupações irregulares ocorridas entre as décadas de 1970 e 1980.

Esse é o principal motivo para que a região da Grande São Pedro se tornasse uma das regiões da cidade de Vitória que mais recebe investimentos sociais, tantos advindos da administração municipal, quanto os que chegam de outras fontes, seja através de organizações não governamentais ou por meio de órgãos internacionais, como a Organização das Nações Unidas (ONU).

Segundo dados obtidos pelo Projeto Terra, os habitantes da Ilha das Caieiras trabalham basicamente nos setores de pesca, serviços gerais, serviço militar, serviços gerais, prestação de serviços domésticos, construção civil e comércio, sendo a média salarial individual dos moradores de 1 a 2 salários mínimos.



Figura 2- A pesca configura-se como uma das principais atividades econômicas e fonte de renda familiar da Ilha das Caieiras. Foto: Tião Xará.

¹ http://www.noticias.sebrae.com.br/casos_sucesso/caso_sucesso_121/

Com relação às características das moradias conclui-se que a maioria das casas é de alvenaria e muitas ainda se encontram inacabadas, necessitando de reboco ou pintura.

A ilha das Caieiras pode ser dividida geograficamente em duas partes: a parte baixa, onde se concentram os moradores mais antigos e os restaurantes; e a parte alta, conhecida popularmente pela comunidade como “Morro da Ilha”, onde vive a maioria da população que para lá migrou de outros bairros com objetivo e ocupar os lotes disponíveis e conseguir uma casa própria.



Figura 3- Parte alta e baixa da Ilha das Caieiras
Foto: Banco de imagens Semtur/PMV

O bairro se desenvolveu a partir da invasão da área e por tal motivo o processo de urbanização têm características próprias. Uma delas é que a maioria das famílias reside em casas próprias e tais moradias constantemente passam por reformas e ampliações à medida que a família aumenta. O desordenamento urbanístico também é uma característica do bairro, que afeta negativamente o desenvolvimento do turismo.



Figura 4 - Rua Felicidade Corrêa, uma das principais da Ilha das Caieiras. As ruas são estreitas e não há calçadas em muitos pontos. Foto: Arquivo ICE

Dentre as atividades geradoras de renda na Ilha das Caieiras a gastronomia - a base de pratos com frutos do mar - é um dos principais setores com grande influencia no turismo, atraindo turistas brasileiros e estrangeiros, além de moradores de outros bairros da região metropolitana de Vitória. O movimento gerado na comunidade, principalmente aos finais de semana, é uma das fontes de emprego e renda para os proprietários dos restaurantes e trabalhadores, em sua grande maioria, moradores da Ilha.

Outra característica da dinâmica socioeconômica da comunidade, que também está ligada a história do processo de urbanização do bairro, são os movimentos sociais.

Observa-se que, inerente ao processo de criação dessas associações e cooperativas, está inserido um componente conflituoso existente entre moradores da Ilha das Caieiras que, devido a divergências existentes, ocorre a não aceitação de algumas dessas organizações como sendo representantes legítimas dos grupos que compõe o *mosaico social* local.

Dessa forma, algumas dessas entidades surgem e desaparecem de forma fulminante, ou continuam atuando apenas enviando representantes para as diversas instâncias de deliberações do município ou da própria comunidade. A maioria com dificuldades de administração e gestão interna.

A seguir uma relação das associações criadas na comunidade e a situação em que se encontram atualmente:

- *Cooperativa das desfiadeiras*: Criada a mais de 10 anos com suporte da Prefeitura Municipal de Vitória (PMV), atualmente funciona como restaurante sob a administração das cooperadas. Atualmente as desfiadeiras realizam a atividade de desfilio do siri em casa e fazem a comercialização do produto de forma individual. Passam por várias dificuldades de gestão, fruto da falta de orientação e monitoramento para a gestão do negócio, fato que ocorre casualmente com diversas cooperativas e associações quando o grupo ou o agente de intervenção (no caso da cooperativa a PMV) não planeja o acompanhamento inicial da gestão. A cooperativa é proprietária de um restaurante que serve os pratos típicos da região.



Figura 5 - Restaurante "Siri na lata" gerenciado pela cooperativa de desfiadeiras de siri da Ilha das Caieiras.
Foto: Arquivo ICE

- *Associação de pescadores e desfiadeiras de siri da Ilha das Caieiras*: segundo informações transmitidas por lideranças comunitárias, esta

cooperativa ainda existe, mas não é reconhecida como representante legítima dos pescadores.

- *Associação de pescadores da Ilha das Caieiras e bairros adjacentes*: foi criada por um grupo de pescadores e chegou a eleger um presidente, porém, devido a divergências internas se encontra inativa.
- Cooperativa de artesãs: um grupo de mulheres artesãs se organizou enquanto grupo para divulgação e venda do artesanato por elas produzido, porém a cooperativa não chegou a ser registrada oficialmente e se encontra desativada no momento.
- Associação folclórica: criada para difundir a cultura local e promover eventos folclóricos, se encontra desativada no momento.
- Associação de moradores da Ilha das Caieiras: está em pleno funcionamento com realização periódica de eleições para escolha de diretoria.
- COMIC – Comissão de Mulheres da Ilha das Caieiras: ainda funciona, mas com baixa participação.
- MUSP – Mulheres Unidas de São Pedro: está em pleno funcionamento e possui sede própria onde são realizadas as mais diversas atividades, bem como a cessão do espaço para a realização de festividades e eventos diversos da comunidade.

Ao contrário do que possa aparentar a partir de uma análise rápida, a comunidade de Ilha das Caieiras possui uma vida comunitária ativa e, por mais acirradas que sejam as disputas internas, a comunidade segue se organizando e angariando importantes recursos que beneficiam a todos.

Há também o lado negativo. Existem indícios de casos de uso das associações para beneficiamento individual, fator que aumenta o grau de desconfiança da comunidade acerca dos representantes eleitos.

Outra característica a ser levada em consideração quando se analisa a organização política na Ilha das Caieiras, é o protagonismo feminino, pois, à exceção da *Associação de pescadores da Ilha das Caieiras e bairros adjacentes* e da *Associação Folclórica*, as outras foram criadas por mulheres e estão ou estiveram sob a direção delas, numa demonstração visível de que sua participação na configuração na dinâmica social do bairro é de extrema importância.

Não é difícil chegar a essa conclusão após uma rápida caminhada pelas ruas da comunidade, sendo possível observar o trabalho desenvolvido pelas desfiadeiras de siri, que realizam em suas próprias casas seu trabalho diário, bem como as mulheres empreendedoras que são proprietárias de restaurantes ou neles trabalham.

É importante ressaltar que a Ilha das Caieiras, apesar de ser um bairro peculiar, está intimamente relacionada com os demais bairros da Grande São Pedro. É fora dos limites do bairro que se concentra o comércio da região, vital para a economia local.

Os movimentos sociais destes bairros também tem uma atuação, até mais expressiva que a Ilha das Caieiras, que tem suas raízes ligadas a comunidades indígenas que habitavam a região. Já os bairros de entorno foram formados por famílias oriundas de processos migratórios, atraídas principalmente pelos empregos na construção de grandes empreendimentos industriais na capital, no final da década de 70.

Com o fim das obras a opção de permanência foram às invasões na região da Grande São Pedro. Por anos as comunidades foram crescendo desordenadamente, invadindo a região do manguezal com casas construídas em cima de palafitas. Muitas famílias viviam da cata de restos de comida do

“lixão” da cidade, que ficava na região, fato registrado no documentário “Lugar de toda a pobreza”, de 1983².

A situação problema levou a organização dos moradores através de associações de moradores, catadores entre outras, usadas como meio de angariar melhorias para o bairro, conquistas que foram alcançadas ao longo dos anos. Hoje o bairro está urbanizado e a população da região recebe os serviços públicos, assegurando seus direitos básicos.

Atualmente as associações de moradores dos bairros ainda atuam na comunidade com grande força, e outras associações (formais e informais) e uma cooperativa diretamente relacionada às atividades tradicionalmente desenvolvidas na região como a pesca, o desafio do siri e a comercialização de comidas típicas surgiram, como é o caso da Ilha das Caieiras.

² Direção: Amylton de Almeida. Produção: Rede Gazeta - Vitória-ES. Ano:1983. Duração: 9'49"12.

2. DINÂMICA SOCIOAMBIENTAL

O bairro Ilha das Caieiras possui uma característica que o torna diferenciado de outros bairros da capital, e esta particularidade reside no fato de ser um bairro onde a cultura pesqueira predomina entre as principais atividades econômicas, sendo a fonte de sustento de um número considerável de famílias.

Atividades tais como o preparo e comercialização de mariscos e os serviços oferecidos pelos restaurantes, são todas dependentes da cadeia da pesca, e são os peixes, caranguejos, siris, sururus, ostras, entre outros pescados, que se transformam em pratos típicos da culinária capixaba tradicionalmente servida na Ilha das Caieiras.

Toda a atividade de pesca é realizada no ecossistema manguezal, numa região que foi transformada em Estação Ecológica³ (ANEXO 1), Unidade de Conservação municipal com o objetivo principal de proteger o ecossistema, evitando, dessa forma, sua utilização indevida e, conseqüentemente, prejudicial para o desenvolvimento das espécies que compõe esta paisagem.



Figura 6 - Paisagem da EEMIL / Foto: Tião Xará

³ Lei Municipal nº. 3377 de 12 de Setembro de 1986.

Ao noroeste o manguezal está protegido pelo Parque Natural Municipal Dom Luiz Gonzaga, e em Cariacica pela Reserva de Desenvolvimento Sustentável do Manguezal de Cariacica e pelo Parque Natural Municipal Manguezais do Itanguá, e está inserida na área de abrangência do Mosaico de Manguezal da Baía de Vitória⁴.

Na Estação Ecológica Municipal Ilha do Lameirão (EEMIL) só é possível chegar através de embarcação. Qualquer tipo de uso deve ter autorização prévia do órgão gestor da unidade, e está condicionada às regras estabelecidas pelo Plano de Manejo.

Tornar esta área protegida foi uma solução encontrada pelo poder público como forma de disciplinar sua utilização e fiscalização sobre o uso indevido, objetivando diminuir ao máximo os impactos causados por atividades antrópicas. Por se tratar de uma Estação Ecológica a área fica restrita somente às atividades de pesquisa e atividades de educação ambiental⁵. Fator conflitante com a pesca e extração de mariscos, atividades tradicionais nas quais a comunidade é dependente.

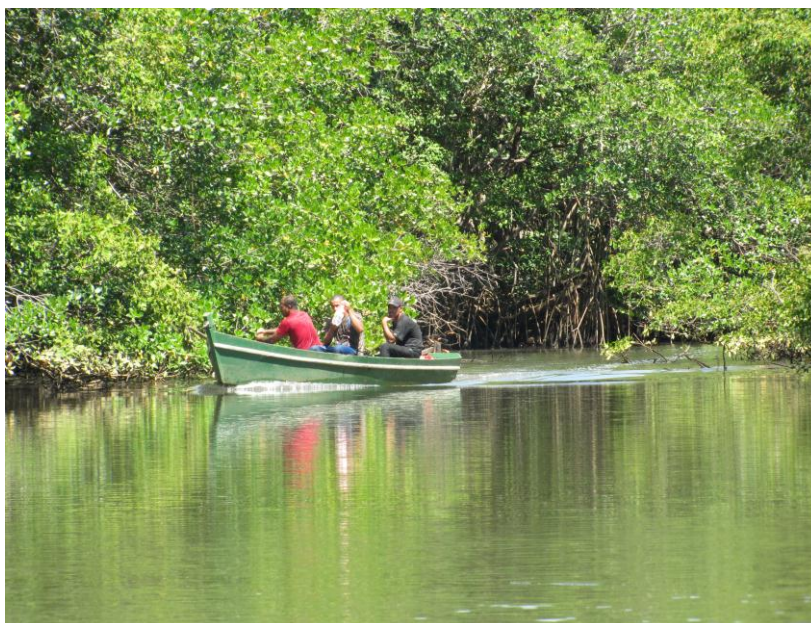


Figura 7 - Grupo de pescadores e marisqueiros da região na EEMIL / Foto: Tião Xará

⁴ Além destas áreas localizadas na baía noroeste, o mosaico e sua área de amortecimento abrangem o Parque Natural Municipal da Mantegueira e o Monumento Natural Morro do Penedo, em Vila Velha.

⁵ O projeto Ecobase Ilha das Caieiras propõe a formalização do ecoturismo na região através do “Estudo de implantação da Visita Monitorada de Educação Ambiental na Estação Ecológica Municipal Ilha do Lameirão”.

Sendo a EEMIL um local onde se realiza uma atividade tradicional, o poder público municipal estuda medidas e alternativas de ordenar o uso tradicional para que os pescadores da região continuem fazendo a utilização do ecossistema de forma sustentável.

O impasse é maior à medida que as unidades de uso sustentável abrem possibilidades para o avanço de atividades ligadas a empreendimentos imobiliários nas áreas de entorno. A necessidade de recategorização está implícita, mas depende de estudos detalhados que dê base para que o plano de manejo cumpra com o objetivo de compatibilizar os interesses das comunidades de entorno com a preservação, mas sem permitir o avanço destes empreendimentos sobre estas áreas.

Por fazer parte do cotidiano de pescadores e desfiadeiras de siri a exploração tradicional das áreas de manguezal, pode-se concluir que a Ilha das Caieiras possui uma relação direta com o meio ambiente. Neste sentido o fomento do turismo da região pode gerar uma influência sobre a EEMIL que deve ser monitorada.

Um prognóstico é que esta relação pode se tornar cada vez mais intensa à medida que o fluxo de visitantes aumenta, gerando como consequência a necessidade de que os proprietários dos restaurantes tenham que adquirir quantidades cada vez maiores de pescado a fim de atender a demanda. Isso pode tender a um aumento da utilização de técnicas de pesca, como *redinha* e *balão*, que causam grandes impactos neste tipo de ecossistema e que podem causar significativa diminuição de algumas espécies.

Além de estar intimamente ligada ao ecossistema manguezal, a comunidade de Ilhas das Caieiras possui uma proximidade geográfica com a Unidade de Conservação Estadual Parque da Fonte Grande, situado no maciço central da cidade de Vitória, circundado ao norte pelo bairro São Pedro, a leste pelos bairros Fradinhos e Jucutuquara e a oeste nas proximidades do bairro Santo Antônio, Caratoíra e Boa Vista.

O parque Fonte Grande atinge em seu ponto culminante 308,8 metros de altitude nas proximidades das torres de rádio e televisão; possui uma exuberante mata atlântica com uma grande quantidade de espécies de flora e fauna, características deste bioma.



Figura 8 - Foto tirada de um dos mirantes do Parque da Fonte Grande, com destaque para a Pedra dos Dois Olhos, que também faz parte da área da Unidade de Conservação / Foto: Arquivo ICE.

O Parque Fonte Grande é uma unidade de conservação Estadual que está sob administração da Prefeitura Municipal de Vitória e possui uma estrutura para atendimento de visitas agendadas. O Parque possui grande potencial, mas necessita de mais investimentos em infraestrutura para diversificação das atividades e serviços voltados ao turista.

Apesar da relativa proximidade com áreas naturais de tamanha relevância ecológica, os moradores da Ilha das Caieiras e bairros próximos não possuem o hábito de realizar visitas nestas áreas e muitos se mostram indiferentes em relação ao remanescente de mata atlântica.

3. INFRAESTRUTURA

A comunidade de Ilha das Caieras segue a linha de desenvolvimento urbano que foi iniciada há mais de duas décadas no bairro São Pedro, quando as atenções do poder público municipal se voltaram para a realização de um grande projeto de investimentos em urbanização no bairro.

Durante muito tempo o bairro São Pedro ficou estigmatizado negativamente pela péssima qualidade de vida que os moradores eram obrigados a suportar, tais como lixão a céu aberto; ausência de moradias dignas (palafitas); falta de saneamento básico, entre outros transtornos vivenciados diariamente pela população devido ao *ostracismo social*, até então submetido àquela população.

Dessa forma toda essa região foi sendo ocupada de forma desordenada gerando substanciais entraves para a população no que diz respeito à estrutura adequada para quem ali residisse.

Passadas quase três décadas desde a divulgação do vídeo “*Local de toda pobreza*”, que denunciava a luta dos moradores pela sobrevivência a espera da chegada dos caminhões de lixo para dali tirarem seu sustento, a região da Grande São Pedro passou por modificações significativas em sua infraestrutura.

Para quem visita a região da grande São Pedro hoje a situação se inverteu sendo possível conferir suas novas configurações urbanísticas nas ruas devidamente pavimentadas, praticamente cem por cento das residências com água encanada, sistema de esgoto e um grande comércio que se formou ao longo da Rodovia Serafim Derenzi, que corta todo o bairro e comunidades vizinhas.

A comunidade de Ilhas das Caieiras também foi beneficiada com as melhorias, tendo recebido ao longo dos anos uma quantidade considerável de recursos que melhoraram a qualidade de vida da população que ali reside.

A proximidade com a comunidade São Pedro I, promove o compartilhamento de bens públicos localizados em ambos os bairros tais como: Academia Popular com profissionais para orientar a atividade física; Praça Dom João Batista; mirante da Igreja Nossa Senhora da Conceição, de onde é possível obter uma bela visão da orla; Museu do pescador; Associação das desfiadeiras de Siri; Peixaria Comunitária; Unidade de Saúde; escolas de educação infantil, ensino fundamental e ensino médio e uma instituição de ensino superior.

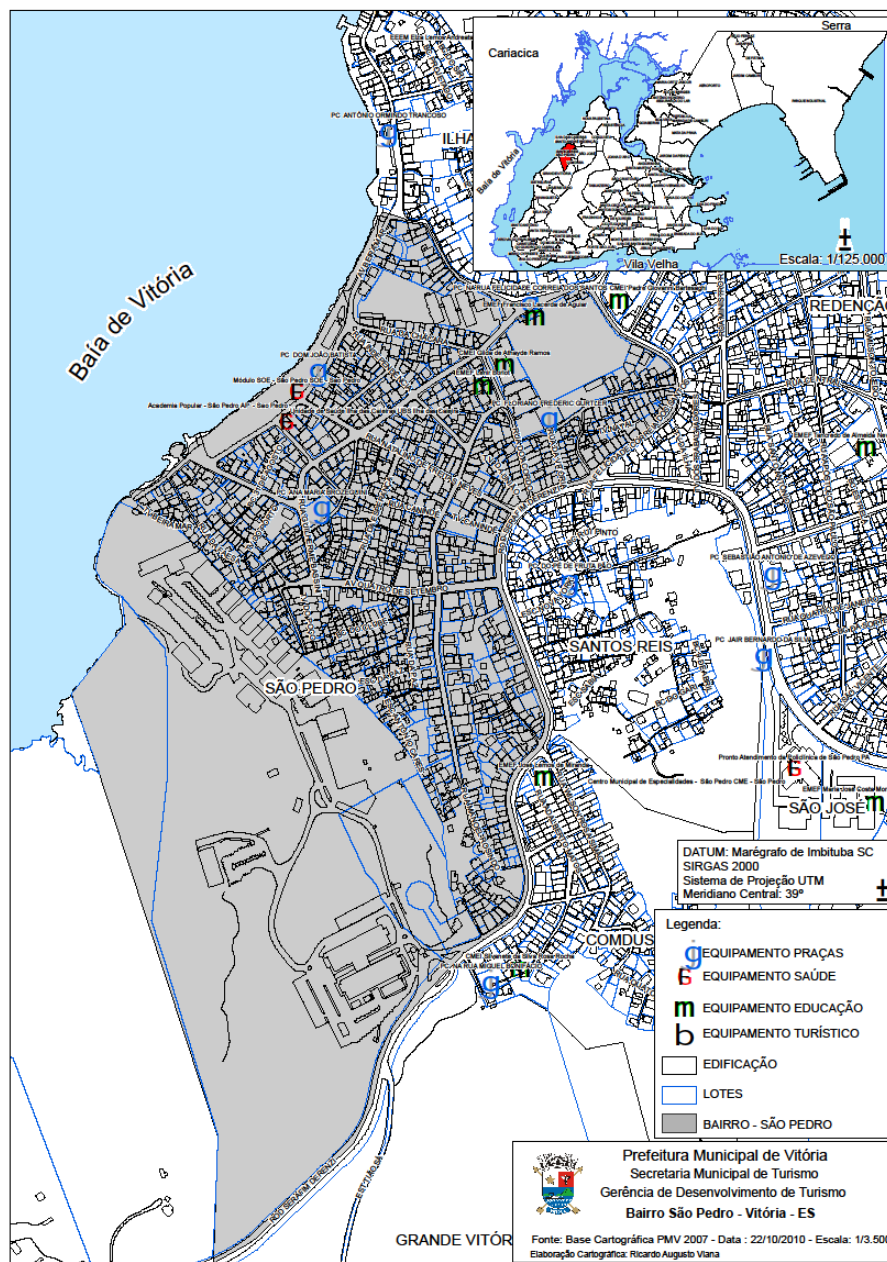


Figura 9 - Mapa dos bairros que compõem a região da Grande São Pedro

Dentre vários projetos realizados ao longo dos anos pelas administrações públicas, identificamos outras melhorias que estão sendo colocadas em prática na área habitacional, como o Projeto Vitória de Todas as Cores, onde 256 casas, já devidamente cadastradas, recebem melhorias estruturais através do fornecimento de material de pintura e mão de obra. O projeto também realiza pequenos acabamentos como reboco, chapisco, instalação de banheiros e conserto de telhados que contribuirão para a melhoria da qualidade de vida dos moradores.

A estrutura oferecida ao turista que visita a Ilha das Caieiras atualmente se limita ao museu do pescador e aos restaurantes, 19 no total, sendo um pertencente a cooperativa de desfiadeiras de siri. Além disso o turista pode contar com o comércio local, que não é uma infraestrutura voltada para o turismo.



Figura 10 - Restaurante Beco do Siri / Foto: Arquivo ICE

Todos minimamente bem estruturados, de fácil acesso, com proximidade entre eles e voltados para a gastronomia típica da região: moqueca, siri, mariscada e torta capixaba.

Eles se diferenciam em tamanho, localização e estrutura de atendimento. Em relação ao espaço físico, existe uma variação no que se refere à capacidade de atendimento, sendo possível encontrar estabelecimentos espaçosos possuindo mais de um pavimento, com capacidade para atender grandes grupos, enquanto outros possuem capacidade mais reduzida de atendimento.



Figura 11 - Restaurante Pirão da Ilha / Foto: Arquivo ICE

A localização também é algo que pode oferecer opção aos turistas, pois alguns estão localizados na orla e possuem até três pavimentos, fator que pode se tornar um atrativo para aqueles que gostam de apreciar uma bela vista de um ambiente natural.



Figura 12 - Restaurante Mirante da Ilha / Foto: Arquivo ICE

A estrutura de atendimento varia pouco entre os restaurantes, uma vez que a maioria deles oferece um atendimento com características *familiar* não se sujeitando a regras padronizadas de atendimento, estando a maioria já adequada a estrutura de pagamentos eletrônicos com cartão de crédito e débito, fornecendo opção aos clientes que possuem preferência por esta modalidade de pagamento.



Figura 13 - Restaurante Caieiras / Foto: Arquivo ICE



Figura 14 - Restaurante Moquecaria Teresão

O bairro Ilha das Caieiras também conta com uma peixaria comunitária que comercializa peixes frescos, camarão, siri e sururu. Duas praças, uma dos pescadores próxima aos restaurantes e outra para a comunidade, com calçadão, academia popular e quadra de esportes.



Figura 15 - Peixaia Comunitária da Ilha das Caieiras / Foto: Arquivo ICE

Os visitantes hoje frequentam a Ilha basicamente com o objetivo gastronômico, poucos conhecem a região além dos restaurantes. A região não conta com agências de turismo receptivo, estas se localizam nos bairros nobres de Vitória.

Os acessos à Ilha das Caieiras podem ser por via rodoviária, totalmente pavimentada em estado irregular de conservação e sinalizado, ou hidroviário marítimo informal (não há sistema de transporte marítimo em operação).

Em relação ao acesso à comunidade não há dificuldade, uma vez que as vias são todas pavimentadas e bem sinalizadas, tanto para quem parte do aeroporto ou rodoviária, quanto para aqueles que partem dos hotéis da cidade. O principal acesso ao bairro é a Rodovia Serafim Derenzi, sendo possível acessá-la pela Avenida Maruípe, ou pelo centro de Vitória pelo bairro Santo Antônio.

A comunidade e a região não oferece nenhum tipo de estrutura voltada para a hospedagem, mas o turista interessado em conhecer a Ilha das Caieiras não terá dificuldades em se hospedar nos demais bairros da cidade, o que faz deste tipo de infraestrutura não ser considerada essencial para o desenvolvimento do turismo local no primeiro momento.

4. PRODUTOS E ATRATIVOS TURÍSTICOS

A região da Ilha das Caieiras recebe visitantes durante toda a semana, sendo o fluxo mais intenso durante os finais de semana e durante a temporada de verão. O perfil do público frequentador é de familiares, funcionários das grandes empresas localizadas na região, e turistas (de lazer e de negócios) a procura da comida típica da região.

Os turistas que frequentam a Ilha são de outras regiões do Estado, outros Estados do Brasil e até mesmo de outros países. A maior parte dos turistas são empresários e profissionais que vem para o estado a negócios e aproveitam para conhecer a cidade. As famílias que frequentam a Ilha normalmente são moradores da Grande Vitória, e quando estes recebem parentes de fora é hábito levar para almoçar na Ilha das Caieiras.



Figura 16 - A Moqueca Capixaba é o prato típico da região e um dos principais motivos de atração de turistas para a Ilha das Caieiras / Foto: Arquivo ICE

Com fluxo que gira no entorno de 500⁶ visitantes mensais, a comunidade tem na semana santa o auge do fluxo de visitantes, que vêm ao bairro em busca dos pratos típicos a base de peixes e mariscos que tradicionalmente são servidos neste período no Espírito Santo. As mulheres da Ilha das Caieiras

⁶ Não existe na região um mecanismo de mensuração do fluxo de visitação turística na Ilha das Caieiras. Este quantitativo foi extraído de estudos realizados pelo Sebrae/ES denominado Ilha das Caieiras: polo de turismo e cultura.

ficam semanas preparando as tortas capixabas que durante o feriado são vendidas em barracas que instalam nas ruas para a venda direta aos clientes.



Figura 17 - Mariscos como ostras e sururu e peixes são os principais ingredientes dos pratos típicos servidos na região. Todos os insumos são extraídos da EEMIL. Foto: Arquivo ICE.

A comunidade pretende elaborar um calendário com festas que incentivem a circulação de pessoas pelo bairro e promova a comercialização dos itens gastronômicos ali produzidos divulgando as atividades tradicionalmente exercidas pelas desfiadeiras de siri e pescadores.

Como ponto de partida, foi realizado em 2010 o *I Festival de Torta Capixaba Fora de Época* que conseguiu atrair considerável número de pessoas e fazer uma boa divulgação da culinária local. Este evento passará a compor o calendário de eventos que movimentam a comunidade a exemplo da Semana Santa, que atrai grande quantidade de visitantes todos os anos.

De forma resumida o turismo na comunidade de Ilha das Caieiras gira entorno da gastronomia. Porém o que se observa em diversos trabalhos realizados na comunidade⁷ é que há um grande potencial turístico ainda a ser desenvolvido.

⁷ Um exemplo é o projeto “Brasil, meu negócio é turismo”, da Fundação Roberto Marinho e Ministério do Turismo, que realizou oficinas na comunidade de Ilha das Caieiras.

A partir do inventário da oferta turística da região da Grande São Pedro⁸, foram identificados recursos turísticos, atrativos turísticos, equipamentos e infraestrutura de apoio ao turismo, que evidenciam este potencial para o planejamento turístico.

Muitos dos principais atrativos da região podem – se devidamente preparados - potencializar a diversificação da oferta turística, fazendo com que o visitante permaneça mais tempo na comunidade ou volte mais vezes com a agregação de novas motivações.

4.1 ATRATIVOS NATURAIS

Entre os atrativos naturais, foram incluídos no inventário a Estação Ecológica Municipal Ilha do Lameirão, situada a 1,5 km do bairro Ilha das Caieiras na região noroeste da baía de Vitória e abrange grande faixa do ecossistema manguezal desta região. É um atrativo paisagístico relevante para os visitantes que procuram os restaurantes da Ilha das Caieiras para almoçar, fato que se comprova com a estrutura dos restaurantes, que privilegiam a vista para o manguezal.

É uma unidade de conservação restritiva sendo permitida a entrada somente de visitantes para realizarem atividades de pesquisa e de educação ambiental. A Estação Ecológica Municipal Ilha do Lameirão possui uma área de aproximadamente 891,83 há.

⁸ ICE/MTUR. Inventário da Oferta Turística da Região da Grande São Pedro. Vitória: 2010.



Figura 18 - Área de manguezal visto do Parque Estadual da Fonte Grande / Foto: Arquivo ICE

O Parque da Fonte Grande, Unidade de Conservação Estadual que está sob administração da Secretaria Municipal de Meio Ambiente de Vitória. Com 295 metros de altitude, possui infraestrutura básica para atendimento de grupos previamente agendados, com estagiários que realizam a visita monitorada. Possui 01 banheiro, auditório para 30 pessoas, não existe estrutura com serviço de alimentação, o efetivo para monitoramento das trilhas é reduzido e os mirantes precisam de manutenção.

O parque abriga uma porção remanescente de mata atlântica e tem como atrativos turísticos as trilhas interpretativas, mirantes e uma vista panorâmica da baía de Vitória e de monumentos naturais dos municípios de Serra e Cariacica. O acesso até o ponto mais alto do parque é feito por estrada pavimentada via Rodovia Serafim Derenzi, nas proximidades do bairro São Pedro I.

O fluxo turístico é espontâneo e relativamente baixo nestas Unidades de Conservação, que não tem o potencial econômico amplamente explorado, por dois motivos principais: a falta de investimento em infraestrutura adequada para receber visitantes e o não enquadramento das empresas e profissionais

prestadoras de serviço às diretrizes estabelecidas pelo Sistema Nacional de Unidades de Conservação (SNUC).

Na EEMIL o uso público é restrito a pesquisa científica e atividades de educação ambiental e não há estudos específicos no plano de manejo autorizando a exploração turística das áreas da UC. Mesmo assim empresas atuam explorando o turismo em escunas na “Rota Manguetal” sem autorização expressa da gerência da UC, indo contra todos preceitos estabelecidos por esta categoria restritiva. O que evidenciamos neste caso é a convivência da PMV com as empresas, o que é ilegal segundo os parâmetros do SNUC.

Não existe estrutura para atividades de educação ambiental na EEMIL, principalmente pela necessidade de embarcação para se explorar a área, que traz à tona diversos fatores que devem ser levados em consideração, e nos quais o órgão municipal não tem ainda meios de prover com a devida eficácia, como: a segurança dos visitantes embarcados, pessoas devidamente capacitadas para fazer a condução e o monitoramento da atividade e espaço de apoio para organização da atividade.

No caso do Parque da Fonte Grande o uso público é incentivado em áreas previamente determinadas pelo Plano de Manejo exclusivamente para atividades de turismo ecológico, educação e interpretação ambiental. Para tal deve-se assegurar o manejo e a capacidade de carga das áreas visitadas.

No último período de alta temporada, em 2010, foram registrados o excesso de capacidade de carga no Parque da Fonte Grande, provocado pelas empresas de turismo receptivo que levaram grandes contingentes de turistas provenientes dos cruzeiros marítimos que aportaram na cidade.

Seria positivo se a Unidade de Conservação tivesse infraestrutura propícia e eficaz para grupos maiores, e mesmo assim não é indicada a realização de turismo de massa em áreas de relevante interesse ecológico.

No Parque da Fonte Grande a trilha de Sumaré é a única que está aberta para visitação – devido a falta de efetivo - realizada com até 20 pessoas, no máximo 8 grupos diários. A média de visitantes no Parque é de 50 pessoas por dia, que funciona de terça a domingo.

Outro atrativo turístico natural é o Parque Municipal de Barreiros, situado no bairro São Cristovão, possui pequeno remanescente de mata atlântica e algumas árvores frutíferas, além de alguns afloramentos rochosos. É utilizado pelos moradores da região para lazer e práticas esportivas.

O Parque Don Luiz Gonzaga Fernandes / Baía Noroeste é um parque construído ao redor de uma pequena faixa de manguezal no bairro Redenção com o objetivo de proteger o ecossistema. Possui campo de futebol, sede administrativa e salas de aula onde são realizadas atividades de recreação e educação ambiental.

Todos os atrativos naturais relacionados acima são administrados pela Prefeitura Municipal de Vitória através da Secretaria Municipal de Meio Ambiente e são todos voltados para a divulgação de ações que visem a preservação ambiental e sustentabilidade.

4.2 ATRATIVOS CULTURAIS

O Inventário de Oferta Turística da Região da Grande São Pedro possibilitou relacionar os atrativos culturais com potencial para despertar o interesse de visitantes em geral.

Relacionamos também as organizações que fomentam atividades culturais no bairro, entre elas o Centro Cultural Caieiras (CECAES), Espaço Caminhando Juntos (CAJUN) e o Centro Cultural de São Pedro (Secretaria de Cultura de

Vitória). Como patrimônios históricos da região identificamos a Igreja Nossa Senhora da Conceição, o Santuário de Santo Antônio e o Museu do Pescador.

Existem ainda outras manifestações culturais como a Banda de Congo Mirim da Ilha, o grupo de percussão Manguerê, o Polo Gastronômico da Ilha das Caieiras, a arte em grafite nos muros do Campo de futebol do Racing, do Movimento Comunitário São Pedro I e o Portão da Ecobase.

O Centro Cultural Caieiras é uma instituição sem fins lucrativos que atende crianças e jovens da região da Grande São Pedro, proporcionando-lhes atividades recreativas tais como, oficinas de dança de rua, aulas de instrumentos musicais, fabricação de instrumentos de percussão, produção de vídeos entre outros.



Figura 19 - O segundo pavimento deste prédio é o espaço onde são realizadas as atividades do CECAES na comunidade / Foto: Arquivo ICE.

O resultado do trabalho realizado pelo CECAES é constantemente exposto em eventos que acontecem nos bairros no entorno da Ilha das Caieiras, em outros Estados da federação e até no exterior, divulgando a cultura capixaba através do grupo Manguerê.



Figura 20 - Apresentação do grupo manguerê, formado pelo CECAES com jovens da comunidade, no Rio de Janeiro / Foto: Arquivo CECAES.

CAJUN é a abreviação do termo *Caminhando Juntos* e dá nome a um projeto social de iniciativa comunitária surgido no bairro Santa Tereza, com o objetivo de proporcionar a crianças e adolescentes do bairro atividades lúdicas e esportivas a serem realizados fora do período de aula. Pela eficácia verificada a Prefeitura de Vitória abriu outras unidades em outros bairros da capital tendo o bairro Santo André recebido uma unidade, cujas principais atividades estão relacionadas a música, dança e teatro.

A igreja Nossa Senhora da Conceição é um atrativo que faz parte da história da comunidade da Ilha das Caieiras. Foi construída pelos primeiros moradores no cume de um pequeno morro. É uma construção de aproximadamente 100 anos que sofreu várias alterações para melhoria de sua estrutura e aumento da capacidade para atender aos fiéis.



Figura 21 - Igreja Nossa Senhora da Conceição / Foto: Arquivo ICE.

Ela foi construída pela comunidade e até hoje é mantida e conservada por eles. Por volta da década de 1960 os padres pavonianos José e Miguel vinham a pé de Santo Antônio para celebrar missas, batizados e catequizar a comunidade. Do mirante onde está situada a igreja, é possível vislumbrar uma paisagem privilegiada de parte orla da baía de Vitória que abrange os bairros Ilha das Caieiras e São Pedro I.



Figura 22 - Foto tirada do Mirante da Igreja Nossa Senhora da Conceição, na parte alta da Ilha das Caieiras / Foto: Arquivo ICE.

Apesar da relativa distância da Ilha das Caieiras o Santuário de Santo Antônio é um atrativo que foi inserido no inventário por estar situado nas proximidades da Avenida Serafim Derenze, o principal acesso à Ilha das Caieiras, e também pela aproximação estabelecida com a Igreja Nossa Senhora da Conceição quando na década de 1960 os padres pavonianos iam até lá para realizar as celebrações.



Figura 23 - Santuário de Santo Antônio visto do Parque Estadual da Fonte Grande / Foto: Arquivo ICE.

O santuário de Santo Antônio foi construído no alto de uma elevação pelos padres Pavonianos na década de 1960. Sua imponência e arquitetura são ressaltadas por três cúpulas. Do local pode-se ter uma bela vista da Baía de Vitória.

Entre os atrativos culturais está a Banda de Congo Mirim da Ilha que é integrada por crianças de 8 a 16 anos da comunidade. Os grupos de congo tradicionais são compostos de 25 integrantes, mas o congo da ilha possui 60 crianças. Com o mestre Zé Bento os ensaios ocorrem aos sábados das 09 às 12:30 h. na Escola Municipal de Ensino Fundamental Francisco Lacerda de Aguiar (FLA), e as apresentações são agendadas com o CECAES.



Figura 24 - Banda de congo mirim da Ilha das Caieiras / Foto: Arquivo CECAES

O atrativo turístico mais conhecido e visitado do bairro Ilha das Caieiras é o polo gastronômico, formado por um complexo de 19 restaurantes localizados na rua principal da Ilha das Caieiras, que oferecem comidas típicas da região, tais como: torta capixaba, moqueca capixaba, mariscada e frutos do mar em geral.

Os restaurantes oferecem ambiente familiar e aconchegante, alguns com uma bela vista para o manguezal da região. Com a crescente divulgação desse polo a tendência é que venha a aprimorar cada vez mais o atendimento a fim de atender à crescente demanda.

São apontados ainda como atrativos da paisagem urbana as pinturas em estilo *grafite* feitas em muros e portões por artistas durante oficinas de pintura realizadas com crianças e adolescentes por intermédio do Centro Cultural Caieiras (CECAES). As paisagens são temáticas e retratam o cotidiano do bairro Ilha das Caieiras e São Pedro. Destacam-se o portão grafitado da Ecobase, o Muro Grafitado do Movimento Comunitário do bairro São Pedro I e o Muro Grafitado do Campo do Racing.



Figura 25 - Grafiti no portão da Ecobase / Foto: Arquivo ICE

O mais recente atrativo cultural é o museu dos pescadores que está instalado em uma antiga construção onde funcionava um comércio de *secos e molhados*. A antiga construção foi totalmente restaurada e já recebe visitantes que podem conhecer exposições itinerantes.



Figura 26 - Foto tirada em frente ao museu do pescador em uma atividade prática de condução / Foto: Arquivo ICE

A expectativa é que a própria comunidade ajude a compor o acervo do museu contribuindo com objetos a serem doados que resgatem a história cultural da comunidade.

4.2.1 Atrativos culturais imateriais

A rede de pesca é habitualmente confeccionada por alguns pescadores no interior de suas casas ou na rua. A técnica de confecção da rede era passada de geração em geração e, dessa maneira, sobrevive ao tempo mantendo a tradição dos pescadores da Ilha das Caieiras, apesar de alguns preferirem comprá-la pronta, fazendo somente o acabamento.

Atualmente apenas um morador da comunidade anda realiza todo o processo de produção da rede e fornece o material pronto para os pescadores da Ilha das Caieiras e para outras comunidades de Vitória. O material utilizado é o nylon, dos tipos *grilon*, *equilon* ou *caiçara*, e o tamanho da rede varia de acordo com o tipo de peixe e/ou marisco que será pescado.

4.2.2 Atrativos culturais / saberes e fazeres

Dentre os elementos que podemos inserir como atrativos turísticos, relacionamos pessoas que, devido às suas experiências de vida, se tornam valiosas fontes de informação pelas histórias que ainda guardam na lembrança apesar das décadas que se passaram.

Um morador da Ilha das Caieiras popularmente conhecido como Seu Bá conta histórias, rezas, canções e casos sobre a história da grande São Pedro, esbanjando simpatia e alegria ao falar de tudo que viveu ao longo do desenvolvimento do bairro. Foi produzido um vídeo de seis minutos onde Seu Bá conta as histórias da Ilha das Caieiras, fazendo importante resgate da história oral da região e garantindo às futuras gerações a manutenção da identidade da Ilha das Caieiras.

Destaca-se também nessa função a figura do Seu Bino, como é conhecido na região. Senhor de idade conta histórias, rezas e músicas com acompanhamento do seu cavaquinho, alegrando as pessoas e ao mesmo tempo trazendo conhecimento sobre a história do bairro São Pedro.

O trabalho das desfiadeiras de Siri é outra atividade tradicionalmente exercida na comunidade, um atrativo para aqueles que quiserem conhecer melhor o cotidiano da Ilha das Caieiras. Boas de conversa e com muitas histórias para contar, é possível encontrá-las diariamente sentadas em frente às suas casas desfiando os siris que serão comercializados nos restaurantes da região.

4.2.3 Atrativos culturais / feiras e mercados

A comunidade da Ilha das Caieiras também possui amplo e variado mercado de produtos e serviços do qual os turistas também podem se beneficiar. O mercado convencional da Feira Livre funciona todos os sábados na Rua Natalino de Freitas Neves, pode ser considerado um atrativo onde é possível encontrar variedades de frutas, legumes, verduras, aves, peixes e condimentos, além de outros alimentos oferecidos no local.

Outro local que pode chamar a atenção de turistas e visitantes em geral é a Loja pertencente ao Centro Cultural Caieiras (CECAES), denominada Estação Siri Mole, onde é possível encontrar camisas, botons, instrumentos de percussão, entre outros artigos que remetem às principais características culturais local.

CONCLUSÃO

É evidente o potencial turístico da Ilha das Caieiras. O conjunto de recursos ainda não explorados efetivamente pelo turismo local evidencia que ainda é possível extrapolar o fluxo turístico atual. O projeto Ecobase é fruto desta análise.

Ao evidenciar o conjunto de patrimônios culturais existentes na comunidade (seja de natureza material, imaterial, paisagística ou ecológica) o ICE propôs uma forma de iniciar a interligação da cadeia turística local, indo muito além dos resultados prenunciados inicialmente pelo projeto, que é criar uma prestação de serviços de condução de visitas monitoradas de educação ambiental no manguezal.

A possibilidade de venda de pacotes de roteiros é uma forma de levar o visitante a conhecer os demais atrativos da região, não ficando restrito aos restaurantes. A partir do momento que os condutores - organizados através do Instituto Manguiando - recebem o visitante na Ecobase, cria-se um laço entre o indivíduo de fora com a comunidade, que vai além de um laço comercial/profissional.

O visitante passa a ter um representante da comunidade na ponta do processo, e não é só por questão de geração de renda que este tal fato se torna importante. Uma série infinita de valores estão “embutidos” no serviço prestado pelos jovens da comunidade, nos quais podemos destacar:

- O resgate da autoestima pessoal e comunitária. Tanto o indivíduo diretamente envolvido quanto a comunidade passam a entender o valor da sua identidade cultural a partir do momento que observa o interesse de pessoas de fora pela idiossincrasia dos que ali vivem.
- O reestabelecimento do vínculo afetivo dos jovens da comunidade com o ecossistema de manguezal. Considerado uma área “suja” e “pobre” pelos mais jovens, a partir do momento que foi gerado uma alternativa

econômica através do turismo, os jovens passaram a se interessar mais em conhecer as funcionalidades do ecossistema. Hoje os jovens do projeto, assim como os pescadores e marisqueiros, dão o devido valor ao manguezal;

- O amadurecimento das relações interpessoais, a partir do momento que os condutores passaram a ter que agir em grupo e também a realizar negócios dentro da comunidade, como verdadeiros protagonistas.

Muitos outros fatores podem ser lembrados e a lista ficaria extensa. A questão central diagnosticada pelo ICE é que a cadeia turística local existe e está pronta para “servir” também ao turista, porém ela não está organizada e não existem acordos entre os diversos agentes.

O grupo de condutores é uma ponta da solução, ao iniciar acordos para agregar valor aos roteiros com estes diversos agentes, dinamizando a atividade turística dentro da comunidade.

Exemplificando: o pacote turístico vendido pelos condutores irá incluir, além do passeio embarcado com a participação dos pescadores, o almoço no restaurante, uma apresentação cultural – seja através de vídeo, teatro, música ou dança – e possibilidades de oficinas de gastronomia (com a cooperativa de desfiadeiras de siri) ou de música (com o CECAES). Tudo isso envolvendo parcerias com os agentes locais diversos, sem precisar de nenhum prestador de serviço externo.

Ao fazer o dinheiro da operação turística circular dentro da comunidade, o grupo do Instituto Manguiando terá um papel estratégico para o turismo local, ganhando por mérito do trabalho a “benção” da própria comunidade, interligando os pontos isolados da cadeia turística local. As primeiras atividades piloto realizadas a partir de Dezembro de 2010 revelaram resultados promissores.

Obviamente que a comunidade poderá levar anos para alcançar todas as soluções para o turismo se desenvolver ainda mais na Ilha das Caieiras, principalmente se considerarmos a complexidade de fatores que envolvem a atividade.

É neste sentido que a ação do poder público e dos órgãos de fomento é essencial para a realização de um planejamento macro, envolvendo todos os atores e possibilidades turísticas em um só programa. Atos isolados dos diversos órgãos já se apresentaram como falhos para consolidar o turismo local, exatamente por não alcançar a complexidade das limitações do turismo local.

O ideal é que a secretaria municipal de turismo do município inicie um planejamento para o turismo local, envolvendo cada instituição que atua na comunidade em suas áreas de especialidade para diagnosticar a situação atual e, em conjunto com estas organizações que se internalizaram (organizações da sociedade civil) e com o apoio de outras instituições externas (outros setores públicos), elaborar um prognóstico amparado por um programa de desenvolvimento do TBC, com diversas ações e projetos interligados.

Podemos pontuar de forma objetiva a quantidade de problemas que inibe o desenvolvimento do turismo na Ilha das Caieiras:

- Esgoto a céu aberto na beira do píer, lançado diretamente na Baía de Vitória;



Figura 27 - Foto do esgoto lançado diretamente na área de influência do manguezal, tirada durante o curso de condutores pelos próprios alunos / Foto: Arquivo ICE

- Crescimento urbano desordenado / Falta de um planejamento ou revitalização da paisagem urbana;



Figura 28 - Rua principal da Ilha das Caieiras apresenta o crescimento desordenado e a falta de qualidade da paisagem urbana local / Foto: Arquivo ICE

- Falta de lixeiras e pontos adequados para o recolhimento do lixo;
- Pontos viciados de lixo;
- Falta de estacionamento para veículos de lazer;
- Falta de estacionamento para veículos de turismo de pequeno porte;
- Inexistência de programação cultural aos fins de semana, com foco nos clientes de restaurantes;
- Não existe um amplo programa de promoção e comercialização do destino turístico Ilha das Caieiras.

Apontamos aqui apenas alguns pontos que fogem à governabilidade ou capacidade financeira da comunidade ou das organizações da sociedade civil que estão atuando com turismo e cultura local. A organização dos diversos atores e o fomento da cadeia depende da ação do poder público.

E para qualquer planejamento dois princípios são básicos para o sucesso da empreitada: a realização de um planejamento participativo envolvendo as organizações que estão atuando na comunidade, as associações locais e

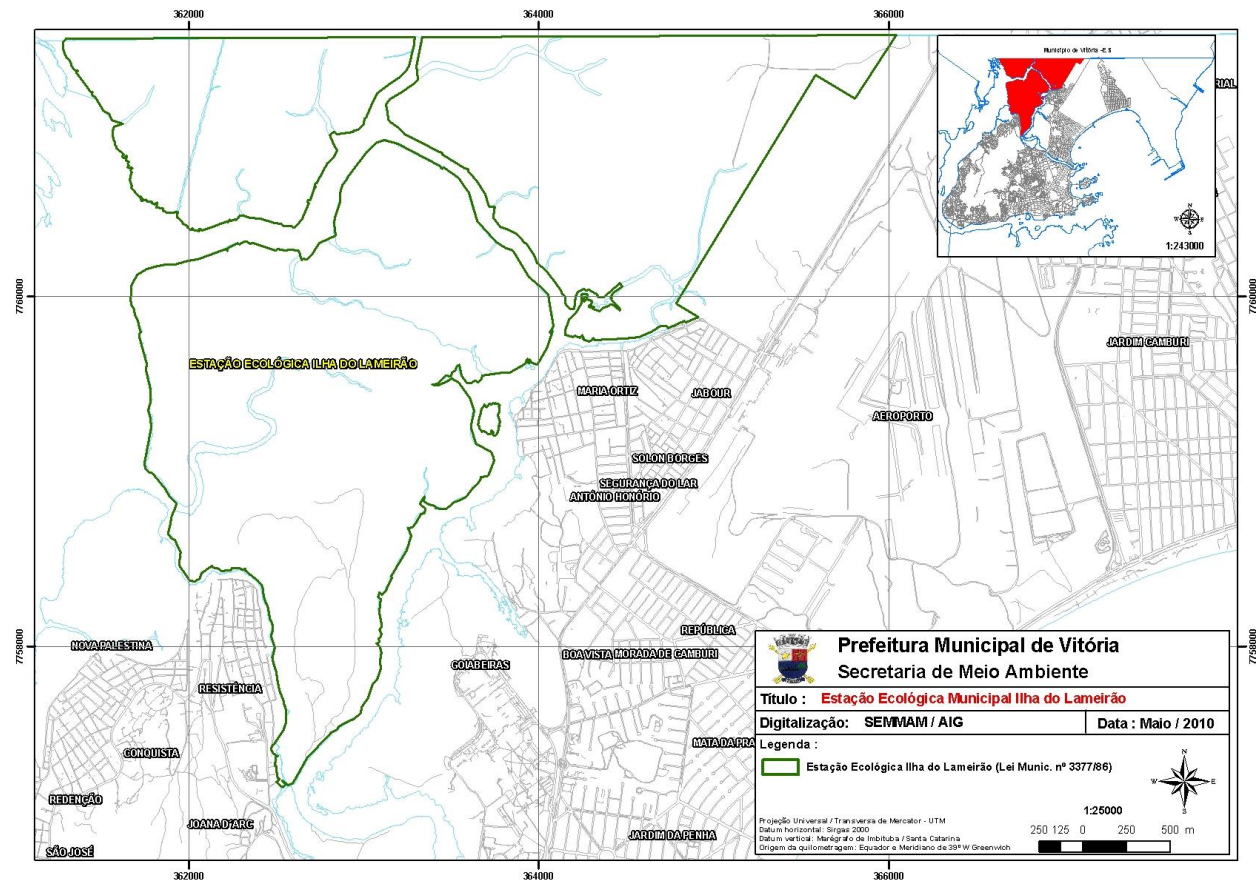
atores locais relevantes e a integração de qualquer ação de outros órgãos ao planejamento turístico quando cabíveis.

O presente documento é uma ferramenta para auxiliar novas proposições visando o fomento do turismo na Ilha das Caieiras a partir de uma visão técnica. Um levantamento como este, que leva em consideração os diversos componentes do turismo local não poderia ser realizado superficialmente, ou identificando os problemas pontuais.

A experiência de 16 meses de execução do projeto Ecobase foi essencial para captar e interpretar a diversidade de anseios e expectativas das pessoas que ali vivem. A indicação técnica é que seja realizado um planejamento participativo que estabeleça um programa de fomento do turismo local em médio a longo prazo, com orçamento, projetos e ações definidos e que possam ser executados pelas instituições que já atuam na região e de acordo com suas especialidades.

Este planejamento deve considerar primeiramente a capacidade empreendedora dos indivíduos da comunidade, a sustentabilidade dos ecossistemas da região, o respeito as regras estabelecidas pelas Unidades de Conservação, a não deturpação da identidade cultural, a qualificação de mão-de-obra local e a revitalização da infraestrutura urbana do bairro. Seguindo estes preceitos é possível que a Ilha das Caieiras consiga evoluir turisticamente e ampliar a capacidade econômica local.

ANEXO 1 – MAPA COM OS LIMITES DA EEMIL





PREFEITURA MUNICIPAL DA SERRA

Secretaria Especial de Agricultura, Agroturismo, Aquicultura e Pesca - SEAP

**Lagoa do Juara e Restaurante da Associação de
Pescadores da Lagoa do Juara – APLJ - Serra / ES**



PREFEITURA MUNICIPAL DA SERRA

Secretaria Especial de Agricultura, Agroturismo, Aquicultura e Pesca - SEAP

I – Dados cadastrais dos participantes

Órgão / Entidade Proponente:				CNPJ/UG	
Prefeitura Municipal de Serra				27.174.093/0001-27	
Endereço comercial:					
Rua Maestro Antônio Cícero, Centro, nº 111					
Cidade:	UF:	CEP:	E-mail:	Telefone	Esfera Administrativa
Serra	ES	29176-100	seap@serra.es.gov.br	(27) 3291-2319	Executivo Municipal
C. Corrente:		Banco:		Agência:	Praça de Pagamento:
		Caixa Econômica Federal		0882-6	Serra/ES
Nome do(s) Responsável(eis):					CPF:
Audifax Charles Pimentel Barcelos					816.870.527-00
CI/Órgão Exp.:		Cargo:	Função:		Matrícula:
597-576/SSP/-ES		Prefeito			
Endereço Residencial (completo)					CEP:
Tr Rio Itabapoana, 3 – caixa 1, bairro Hélio Ferraz, Serra/ES					29160-584



PREFEITURA MUNICIPAL DA SERRA

Secretaria Especial de Agricultura, Agroturismo, Aquicultura e Pesca - SEAP

II - HISTÓRICO

O bairro Lagoa de Jacaraípe surgiu de um loteamento em meados da década de 70, permanecendo até o início dos anos 90 com uma pequena taxa de ocupação. Em 2000 foi criada a Associação de Moradores da Lagoa de Jacaraípe, levando a comunidade a reivindicar de uma forma mais incisiva seus direitos.

Diante as dificuldades sentidas na atividade pesqueira realizada na lagoa, e estimulada pela população local, a Prefeitura Municipal da Serra, em parceria com o Instituto Capixaba de Pesquisa e Extensão Rural – Incaper, identificou a atividade de piscicultura como possível fonte de trabalho e renda para esse grupo de pescadores. Assim, em 2001, com o apoio da PMS, através do Departamento de Desenvolvimento Agrícola, iniciou as pesquisas e visitas técnicas para embasamento do novo projeto. Desde a formalização da Associação de Pescadores da Lagoa do Juara – APLJ foi formalizada em 2001, a atividade pesqueira local, antes executada de forma desorganizada e muitas vezes predatória deu lugar a um conceito que prima por respeito ao Meio Ambiente e o desenvolvimento sustentável.

Em 2003 o SEBRAE se integrou a iniciativa e contratou o CTA (Centro de Tecnologia em Aquicultura e Meio Ambiente) para dar assessoria técnica ao projeto, este realizou um diagnóstico inicial, que apontou a viabilidade para a implantação do projeto de piscicultura intensiva na Lagoa. Em 2004, o CTA realizou um treinamento com os pescadores sobre a criação de peixes em tanques-rede, e desde então, realiza acompanhamento técnico regular. Ainda em 2004 a Prefeitura Municipal da Serra, através de lei específica, transferiu à APLJ o valor de R\$ 40.000,00 (quarenta mil reais), para a viabilização do projeto piloto (aquisição de tanques-rede, balsa de apoio, alevinos e custeio de duas safras) e começou a busca por novas parcerias, envolvendo o Banco do Brasil, SEAP, SEAG, UCL, entre outros.

Desde o início, as atividades são orientadas, acompanhadas e monitoradas pelo grupo gestor, formado pelos parceiros, onde todo o processo de criação, beneficiamento e comercialização, além do associativismo, é trabalhado, em benefício dos pescadores e da comunidade local. Além das reuniões do grupo gestor, os associados da APLJ se reúnem periodicamente todos os meses. Os associados se reúnem sempre que há necessidade.

A atividade de piscicultura desenvolvida na Lagoa do Juara atende os requisitos estabelecidos pelo Instituto Estadual de Meio Ambiente – IEMA e pela Secretaria Municipal de Meio Ambiente – SEMMA. Além de cumprir o estabelecido nas licenças, os associados da APLJ desenvolvem com frequência ações de limpeza, com a retirada de lixo de dentro da lagoa e de suas margens, além de contribuir diariamente para limpeza do entorno do local.

Até o início do século XXI, o bairro era desvalorizado e não dispunha de serviços básicos de infraestrutura como: pavimentação, transporte coletivo, rede de energia e abastecimento de água. O local era utilizado por usuários de drogas e práticas criminosas. Com o surgimento da Associação de Moradores da Lagoa de Jacaraípe e, posteriormente, da Associação de Pescadores da Lagoa do Juara, a comunidade local passou a contar com maior organização e poder de mobilização junto ao poder público.



PREFEITURA MUNICIPAL DA SERRA

Secretaria Especial de Agricultura, Agroturismo, Aquicultura e Pesca - SEAP

Segundo relatos dos moradores mais antigos, essas associações foram determinantes para ocupação e ordenamento do território, que embora ainda necessite de investimentos, atualmente já conta com a oferta de serviços públicos, espaços de lazer e pequenos comércios para atendimento aos moradores e visitantes.

Os associados apontam e reconhecem a importância do trabalho organizado, de forma coletiva, que possibilita o crescimento e valorização do grupo como um todo. Para tanto, são realizados diversos cursos e treinamentos que abrangem desde a área mais específica relacionada a piscicultura até assuntos ligados a relações interpessoais com associativismo, cooperativismo e qualidade no atendimento. Para os integrantes da APLJ, os treinamentos são importantes tanto para o crescimento e valorização da associação, quanto para o desenvolvimento pessoal e familiar.

Um fator importante a ser destacado está relacionado a valorização dos imóveis e dos terrenos do local, que na última década tiveram valorização superior a média do município. Com a ocupação e o crescimento do local, o valor atual de mercado de um terreno de 300 metros quadrados varia entre R\$ 70.000,00 e R\$ 120.000,00.



PREFEITURA MUNICIPAL DA SERRA

Secretaria Especial de Agricultura, Agroturismo, Aquicultura e Pesca - SEAP

III - APRESENTAÇÃO

As primeiras atividades de agroturismo no Espírito Santo surgiram na década de 1990, promovidas pela Secretaria de Estado da Agricultura, Abastecimento Aquicultura e Pesca – SEAG, como plano piloto na região serrana do Estado.

Da região serrana, o agroturismo se expandiu para a região do Caparaó e depois para a região metropolitana, seguindo para o norte do Estado.

Esta nova atividade não agrícola impulsionou o desenvolvimento da agroindústria artesanal, do artesanato regional e da preservação do meio ambiente, além de valorizar a gastronomia local e as tradições culturais.

No Município da Serra, a primeira ação do agroturismo foi realizada em 1998, em parceria com as Secretarias Municipais de Turismo, Agricultura e o Sebrae, com a realização do Curso de Turismo Rural. A partir da realização do curso, alguns participantes despertaram o interesse e a vontade de implantar ações de agroturismo na Serra.

Em 27/03/02 foi fundada a Associação de Agroturismo da Serra – Agrotur. Todas estas atividades ao longo dos anos contribuíram para a estruturação de 5 circuitos de Agroturismo na Serra: Pitanga, Guaranhuns, Muribeca, Chapada Grande e Circuito das Águas.

O Circuito das Águas fica na Região de Jacaraípe e compreende o Rancho Serra Azul e a **Lagoa do Juara**, esta última objeto de destaque da proposta.

Em relação aos benefícios sociais relacionados a melhoria da qualidade de vida dos envolvidos, o projeto de criação de peixes em tanques rede na Lagoa do Juara tem merecido destaque. Implantado em 2001 com o auxílio de diversas instituições parceiras, 34 famílias de pescadores artesanais fundaram a Associação de Pescadores da Lagoa Juara (APLJ) e iniciaram o primeiro ciclo de produção.

Essa atividade permite a utilização dos recursos em fonte renovável de subsistência para as famílias e, principalmente, promove toda a região, impulsionando o turismo na lagoa por meio da visitação ao local e a comercialização de peixes.

Considerando todas as atividades desenvolvidas no local e em seu entorno, a atividade de criação de tilápias, associada as atividades de laser/passeios no local e ao grupo de artesanato, irá gerar renda diretamente para cerca de 100 famílias da região.

O projeto de Urbanização da Lagoa do Juara se baseia no tripé: socialmente justo, ambientalmente sustentável e economicamente viável, com vistas a promover o desenvolvimento local, transformando de forma definitiva a realidade. O Projeto também colaborar com a preservação das belezas naturais da lagoa, preservando seu ecossistema.



PREFEITURA MUNICIPAL DA SERRA

Secretaria Especial de Agricultura, Agroturismo, Aquicultura e Pesca - SEAP

A - CARACTERIZAÇÃO DO AMBIENTE

Conhecida também como Lagoa Jacaraípe, a Lagoa do Juara tem como contribuinte principal, o Rio Juara, de onde origina seu nome. É o maior reservatório natural de água doce do município da Serra.

Com área superficial de 3,66 Km² (366 ha), sua bacia abrange uma área total de 163,2 km² e apresenta variação de profundidade de 0 a 2,5 m, com predominância média de 1,6 metros.

Desemboca no oceano atlântico, através do Rio Jacaraípe (cerca de 4Km). Durante o período das cheias as suas águas podem subir até 2,0m em relação ao nível normal.

A área objeto da intervenção possui acesso pelo bairro de Jacaraípe, numa região que apresenta relativo risco social.

B - CARACTERIZAÇÃO DA ASSOCIAÇÃO DE PESCADORES DA LAGOA DO JUARA – APLJ

A Associação dos Pescadores da Lagoa do Juara – APLJ, é uma instituição sem fins lucrativos, criada para fomentar a atividade de pesca e piscicultura na Lagoa do Juara.

O projeto inicial previa a participação de 30 associados. Atualmente a APLJ conta com 34 associados, que desempenham diversas funções, distribuídos da seguinte forma:

- peixaria: 09 pessoas
- restaurante: 10 pessoas
- vigilância da área de criação: 08 pessoas
- alimentadores dos peixes: 04 pessoas
- administração da APLJ: 03 pessoas.

As escalas de trabalho variam de acordo com a função do associado. Nos finais de semana todas as 19 (dezenove) pessoas envolvidas com a peixaria e o restaurante estão de trabalho. Além disso, são contratadas mais 05 diaristas para o sábado e 09 para o domingo, totalizando 14 diaristas por fim de semana.

Desde o início, na implantação do projeto, até os dias atuais houve renovação dos integrantes da associação. Sempre há grande interesse por parte dos moradores do bairro em integrar a associação. Quando ocorre o desligamento de algum associado é feito um recrutamento entre os interessados, que como pré-requisitos tem que ser indicados pelos integrantes da associação e devem atender aos seguintes critérios: atestado de bons antecedentes criminais, não possuir envolvimento com atividades ilícitas, saber nadar, remar e preferencialmente residir no bairro.

A decisão para o ingresso de novo associado é coletiva e envolve todos os associados. Após a aprovação, o novo integrante passa pelo período de experiência de 03 (três) meses, quando recebe um salário mínimo. Aprovado na experiência o novo associado passa a integrar a associação e recebe os mesmos rendimentos dos demais associados.



PREFEITURA MUNICIPAL DA SERRA

Secretaria Especial de Agricultura, Agroturismo, Aquicultura e Pesca - SEAP

Segundo informações dos próprios integrantes da APLJ, a participação na associação permitiu melhoria na qualidade de vida, pois, na maioria das vezes, antes de entrar na associação a renda da pessoa com a pesca artesanal não chegava a 01 (um) salário mínimo ou não possuía renda alguma.

A realização do projeto de urbanização e paisagismo da orla da Lagoa do Juara e reforma e adequação do restaurante da Associação de Pescadores consolidará o local como atrativo turístico local, contribuindo para aumentar o fluxo de visitantes e clientes da peixaria e do restaurante da APLJ. Como esse aumento de fluxo, a expectativa inicial é para geração de mais 20 (vinte) vagas para novos associados integrarem a APLJ.

A área de criação conta com 150 tanques-rede em atividade. Para acessar o local é necessário o deslocamento de barco, que dura em média 20 minutos. A área de produção conta ainda com equipamentos para manejo, repicagem, balsas de apoio e barcos para o transporte do pescado. No ano de 2012 a associação produziu e comercializou 105 toneladas de tilápia, resultando em uma média mensal de 8.750 quilos. Essa produção é totalmente comercializada no local, dividida em aproximadamente 30% para consumo no restaurante e 70% na peixaria.

A gestão financeira ocorre de forma partilhada, onde os resultados obtidos são distribuídos da seguinte forma: após finalizar a receita bruta, efetua-se o pagamento de todas as despesas do período. Desse resultado (lucro líquido), são reservados 25% que são destinados ao fundo de reserva da associação. Os 75% restantes são distribuídos de forma igualitária entre todos os associados.

Atualmente a média da remuneração mensal de cada associado gira em torno de 1,5 salário mínimo, podendo oscilar de acordo com os meses de maior ou menor movimento. Essa renda contribuiu em alguns casos para aquisição de residência própria, veículo e também para pagamento de dívidas e regularização de pendências, permitindo a obtenção realização de compras parceladas.

Entre as despesas, a aquisição de ração para alimentação dos peixes representa o maior percentual, atingindo quase 30% da receita bruta. Mensalmente são consumidos, em média, 17 toneladas de ração. A forma que a associação encontrou para combater o desperdício de ração é baseada nas medições diárias que realizam para acompanhamento da temperatura e do nível de oxigênio da água. Quando a água está fria, abaixo de 22°C, a alimentação é reduzida, e quando a temperatura ultrapassa 30°C a alimentação é suspensa.

Além desse grupo de 34 pessoas organizadas na Associação de Pescadores da Lagoa do Juara, no local conta com a presença de um grupo de 100 (cem) pescadores artesanais que desempenham atividades relacionadas a pesca de captura na Lagoa do Juara, que tem nessa atividade sua principal fonte de renda. As principais espécies pescadas são: robalo, tucunaré, traíra, bagre africano e carapeba.